



## REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2020

### I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião tendo, neste Período de Antes da Ordem do Dia, intervindo todo o Executivo.

#### INFORMAÇÕES

##### – DECISÕES DA VICE-PRESIDENTE

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

- Despachos de gestão urbana – zona ocidental de 13 a 26 de fevereiro de 2020 (zonas 2, 3 e 5).
- Despachos de gestão urbana – zona oriental de 14 de fevereiro de 2020.

#### INFORMAÇÕES

##### DA VICE-PRESIDENTE – OUTRAS

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

- Da Divisão de Educação a enviar o relatório final da Rede de Mediadores de capacitação para o Sucesso Escolar, no âmbito de Intervenção Jovem para o Sucesso Escolar – 2018/2019. (SGD 1.177/20)

##### INFORMAÇÕES – DECISÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

- Da Unidade de Contabilidade a enviar a 3.ª alteração ao Orçamento e a 3.ª alteração às GOP's - ano 2020, documentos aprovados pelo respetivo Vereador. (SGD 3.710/20)

### II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Reabilitação da Capela de S. Sebastião – concurso limitado por prévia qualificação – relatório final de análise das candidaturas e qualificação dos candidatos – aprovação (SGD 4.182/20 - Presidente)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Saneamento da Bacia de Sesimbra – execução das redes de drenagem do concelho de Sesimbra – Avenida dos Combatentes e Rua General Humberto Delgado – revisão de preços – aprovação

(SGD 4.337/20 - Presidente)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Saneamento da Freguesia do Castelo – execução das redes de drenagem do concelho de Sesimbra – lote poente 2.ª fase – sistema Fetais/Fornos – correção de defeitos – receção definitiva parcial – aprovação

(SGD 4.319/20 - Presidente)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Construção da Escola EB1/JI de Sampaio – conclusão – 5.ª fase da liberação da caução – receção definitiva total – aprovação (SGD 4.192/20 - Presidente)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Requalificação do Mercado Municipal de Sesimbra – auto de vistoria – defeitos em período de garantia – aprovação (SGD 4.268/20 - Presidente)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Reabilitação do Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel – recuperação do aqueduto – plano de segurança e saúde – aprovação (SGD 4.255/20 - Presidente)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Estudo de Conjunto para o Espaço Turístico T2 do PDM – Casalão – aprovação (SGD 4.374/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo) Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Estudo de Conjunto para o Espaço Turístico T53 do PDM – Casalinho – aprovação (SGD 4.365/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo) Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

BioSIM – recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis – Município de Sesimbra – candidatura ao Portugal 2020 – submissão – aprovação – ratificação (Presidente) (SGD 4.378/20 - Presidente)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Cedência das fotografias aéreas de voo 2018, no âmbito da produção cartográfica vetorial, para a revisão do PDM – celebração de protocolo de colaboração entre o Município e a Direção-Geral do Território – minuta – aprovação (SGD 7.719/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Posto de Carregamento para Veículos Elétricos – Avenida da Liberdade, em Sesimbra – celebração de protocolo regulador entre o Município de Sesimbra e a Mobie.e, SA – minuta – aprovação (SGD 4.351/20 - Presidente)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Reconhecimento da Área do Domínio Público, que ocupa parcialmente e atravessa o prédio sito em Alfirim, descrito na CRP sob o n.º 11483, art.º 596 da Secção T – Maria José Neves (SGD 3.872/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Toponímia – atribuição de topónimos “Travessa dos Eucaliptos” e “Rua dos Girassóis” – AUGI 40 – Courelas da Brava – Quinta do Conde (SGD 3.718/20 - Vereador - Toponímia)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Lisboa CARD – adesão do município – renovação – aprovação – ratificação (Presidente) (SGD 4.239/20 - Presidente - Turismo)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

6.º Passatempo do Sesimbra é Peixe e Arte na Rua'2019 – votação pública dos trabalhos – aprovação (SGD 3.994/20 - Presidente - Turismo)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Feira da Festa das Chagas'2020 – normas de funcionamento e participação – aprovação – atribuição de lugares – ato público – comissão – nomeação (SGD 4.519/20 - Presidente - Economia e Desenvolvimento Local)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

29.ª Edição Férias Jovem – Brincar Sesimbr@'2020 – aprovação (SGD 3.280/20 - Presidente - Juventude)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Projeto Bolsas de Emprego Jovem – aprovação (SGD 2.842/20 - Presidente - Juventude)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Agrupamentos de escolas – material didático, limpeza, expediente, telefones, manutenção de equipamentos informáticos e redes'2020 – subsídios de funcionamento (SGD 4.203/20 - Vice-

#### Ficha Técnica:

Propriedade e Edição Câmara Municipal de Sesimbra | Diretor Francisco Jesus (presidente) | Processamento e organização de conteúdos Secção de Apoio Administrativo da CM Sesimbra | Coordenação, paginação, revisão e distribuição Unidade Funcional de Comunicação e Informação da CM Sesimbra | Projeto Gráfico Bruno Campos | Paginaçao Hugo Florido | Periodicidade Mensal | Tiragem 100 exemplares | ISSN 1646-6640 | Depósito Legal 253527/07



Presidente - Educação)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

XXXII Edição dos Jogos Desportivos Escolares'2020 – agrupamentos de escolas do concelho, escola profissional Agostinho Roseta e colégio educa a brincar – alimentação dos participantes – subsídios (SGD 4.476/20 - Presidente - Desporto)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Grupo Desportivo de Sesimbra – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – 35.º torneio internacional de hóquei em patins juvenil – Praias de Sesimbra – subsídio eventual (SGD 4.011 - Presidente - Desporto)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Clube Escola de Ténis de Sesimbra – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – organização do 9.º torneio de Ténis do Espadarte – subsídio eventual (SGD 3.696/20 - Presidente - Desporto)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Clube Escola de Ténis de Sesimbra – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – atividade desportiva regular – modalidade de ténis – subsídio mensal (SGD 3.193/20 - Presidente - Desporto)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

### **III. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Encerrado o Período da Ordem do Dia, foi aberto o período de intervenção ao público, não tendo havido qualquer tipo de pedido de esclarecimento.

### **IV. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Minuta da Ata da Reunião de Câmara Municipal – aprovação Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

## **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2020**

### **I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Antes da Ordem do Dia a Câmara deliberou, por unanimidade, justificar a falta do Vereador Dr. José Henrique Peralta Polido, por motivos pessoais.

O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião tendo, neste Período de Antes da Ordem do Dia, intervindo todo o Executivo.

### **INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE – OUTRAS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:  
• Da Unidade Técnica de Formação Higiene e Segurança no Trabalho a enviar o Plano de Contingência Coronavírus (COVID-19). (SGD 4.964/20)

### **INFORMAÇÕES**

#### **– DECISÕES DA VICE-PRESIDENTE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos:  
• Despachos de gestão urbana – zona ocidental

de 29 de fevereiro a 08 de março de 2020 (zonas 5 e 3).

• Despachos de gestão urbana – zona oriental de 21 de fevereiro e 04 de março de 2020.

### **INFORMAÇÕES DO VEREADOR DO PELOURO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – OUTRAS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento do seguinte:

• Do Serviço de Contabilidade a enviar a relação das despesas efetuadas pelos diversos serviços através do fundo de maneiio durante o mês de Fevereiro'2020. (SGD 5.446/20)

## **II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **REQUERIMENTOS E PROCESSOS**

Obras novas – construção de estabelecimento comercial – arquitetura – Charneca da Cotovia – Sistemas Mcdonald's Portugal, SA (SGD 5.326/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Obras novas – construção de condomínio – arquitetura – Quinta das Flores – Santana – caducidade da deliberação de 08.agosto.2007 – António Cortegaça, Ld.ª (12/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Destaque – Maçã – Jorge Abreu e Cristina Abreu (10/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Destaque – Charneca da Cotovia – Maria Alice Conde e Joaquim Pinto (9/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Destaque – Aiana de Cima – Maria Fernanda Polido e Outros (11/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

AUGI 43 do Casal do Sapo – relatório de análise, emissão de alvará, quadro caução, quadro síntese de execução de loteamento, quadro caracterizador e soluções previstas para a realização das expectativas dos interessados – aprovação – Comissão de Administração da AUGI 43 (SGD 5.366/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

AUGI 43 do Casal do Sapo – incumprimento por parte de vários proprietários do dever de reconversão – pedido de suspensão da ligação às redes de infraestruturas e quadro – Comissão de Administração da AUGI 43 (SGD 5.327/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

### **DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

Conclusão da empreitada de saneamento da freguesia do Castelo – rede de coletores do Zambujal – 3.ª fase – correção de defeitos – rece-

ção definitiva parcial – aprovação (SGD 5.066/20 - Presidente)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Programa Europa para os Cidadãos «YOUTH ON THE MOVE... FOR EUROPE» – candidatura – submissão – aprovação – ratificação (Presidente) (SGD 5.296/20 - Presidente)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Reconhecimento da área do domínio público, que ocupa parcialmente e atravessa o prédio sito em Alfirim e Torrões, descrito na CRP sob o n.º 7694, art.º 128 da Secção J – Doria Marcelino, cabeça de casal da herança de Maria Angelina Cruz (SGD 5.064/20 - Vice-Presidente - Ordenamento do Território e Urbanismo)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Associação Cultural e Desportiva da Cotovia – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – contratação de técnicos – subsídio mensal – cabimento orçamental – retificação da deliberação de 22.janeiro.2020 (SGD 4.304/20 - Presidente - Desporto)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Grupo Desportivo de Alfirim – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – contratação de técnicos – subsídio mensal – cabimento orçamental – retificação da deliberação de 22.janeiro.2020 (SGD 4.300/20 - Presidente - Desporto)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – atividade desportiva regular – modalidades de futebol, futsal e karaté – subsídio mensal (SGD 4.781/20 - Presidente - Desporto)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – contratação de técnicos – modalidades de futebol, futsal e karaté – subsídio mensal (SGD 4.787/20 - Presidente - Desporto)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Promoção sócio-cultural, artísticos e recreativa, desenvolvimento e implementação e gestão de projetos inovadores, promoção de ações de formação e realização de atividades – protocolo de colaboração celebrado entre o Município e a Associação PIPA – Projeto de Inclusão Pela Arte – cabimentação e compromisso – subsídio (SGD 3.739/20 - Vice-Presidente - Cultura)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Grupo Motard da Quinta do Conde – 7.º aniversário – subsídio eventual (SGD 4.596/20 - Presidente - Desporto)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Dojo Ko Tora Nin – regulamento municipal de apoio financeiro ao associativismo desportivo – seminário internacional de bujinkan – subsídio eventual (SGD 4.803/20 - Presidente - Desporto)

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Sociedade Musical Sesimbrense – aquisição de fardamento e reparação de instrumentos musicais – subsídio eventual (SGD 21.039/19 - Presidente - Desporto)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Grupo Folclórico e Humanitário do Concelho de Sesimbra – convite do Grupo dos Sargaceiros da Casa do Povo de Apúlia – festa em Honra do Senhor Jesus das Chagas 2019 – subsídio eventual (SGD 2.549/20 - Vice-Presidente - Cultura)  
Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Reuniões ordinárias do mês de Abril – alteração das datas  
Por proposta do Senhor Presidente a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, alterar a data das suas reuniões ordinárias do mês de Abril, de 01 para 08 e de 15 para 22, no Edifício dos Paços do Concelho, pelas 10,00 horas.

#### **IV. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Minuta da Ata da Reunião de Câmara Municipal – aprovação Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

### **DA CÂMARA ZONA OCIDENTAL** (Por delegação do Executivo) **Reunião de 05 de Março de 2020**

#### **Zona 2, 3 e 5 – de 13 a 26 de Fevereiro de 2020**

Processo n.º 121/2018 – IDEIAS Dispersas, Ld.ª – Licenciamento de reconstrução, alterações e ampliação de edifício de habitação – Rua Marquês de Pombal, n.º 9 e 11 – Sesimbra – valor da licença 6.234,03€ – \*STP 111,54 m2 – Deferido

Processo n.º 234/2018 – Carlos Alberto Antunes Vicente – Legalização de moradia, anexo e muro – Rua das Andorinhas, lote 72 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 719,11€ – \*STP 296 m2 – Deferido

Processo n.º 534/2001 – Fabrice Georges Burtaux – Legalização de piscina – Rua do Sol, n.º 1 – Aiana de Cima – valor da licença 232,99€ – \*STP 55,14 m3 – Deferido

Processo n.º 212/2017 – Hélder Manuel Gomes de Assis – Legalização de moradia, garagem e piscina e licenciamento de ampliação e altera-

ção – Avenida Gulbenkian, lote 117 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 1.158,12€ – \*STP legalização 222,82 m2 + ampliação 14,06 m2 – Deferido

Processo n.º 57/2019 – Ana Paula Lopes Borges Ferreira Casaca – Licenciamento de construção de moradia, piscina e muro – Rua D. Carlos, lote 2 – Lagoa de Albufeira – valor da licença 558,08€ – \*STP 193,70 m2 – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

### **DESPACHOS DA VICE-PRESIDENTE** **DA CÂMARA ZONA ORIENTAL** (Por delegação do Executivo)

#### **Reunião de 05 de Março de 2020**

#### **14 de Fevereiro de 2020**

Processo n.º 96/2019 – Carlos Daniel da Silva Ventura – Construção de moradia – Lote 57 – Quinta do Perú – valor da licença 848,94€ – \*STP 260 m2 – Deferido

STP = Superfície Total de Pavimento

#### **EDITAL**

**N.º 41/2020 DAF-SACM**

### **REUNIÕES ORDINÁRIAS** **DO MÊS DE ABRIL DE 2020 – ALTERAÇÃO DAS DATAS**

DR. FRANCISCO MANUEL FIRMINO DE JESUS, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra:

FAZ PÚBLICO Que esta Câmara Municipal deliberou, na sua reunião ordinária, hoje realizada, alterar as datas das suas reuniões ordinárias do mês abril que se deviam realizar nos dias 01 e 15, para as datas que mais adiante se indicam, à mesma hora, no Edifício dos Paços do Concelho:

- 1.ª Reunião Ordinária – dia 08 (quarta-feira);
- 2.ª Reunião Ordinária – dia 22 (quarta-feira).

Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra e Paços do Município, aos 18 de Março de 2020.

O Presidente da Câmara,  
**Francisco Jesus, Dr.**

#### **EDITAL**

**N.º 39/2020 – DAF/SACM**

DR. FRANCISCO MANUEL FIRMINO DE JESUS, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra:

FAZ PÚBLICO Que, considerando o conjunto de medidas tomadas por esta Câmara Municipal no âmbito da Prevenção à Propagação da Doença por novo Coronavírus (COVID-19) e pelas orientações emitidas pela Direção-Geral de Saúde, com vista a minorar os riscos de contágio, as reuniões ordinárias e extraordinárias desta Autarquia, que se realizavam na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal, passarão a ter lugar no Edifício dos Paços do Concelho, e deixarão de ser públicas, até ao restabelecimento da normalidade.

Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra e Paços do Município, aos 16 de Março de 2020.

O Presidente da Câmara,  
**Francisco Jesus, Dr.**

#### **EDITAL**

**N.º 035/2020**

### **ATRIBUIÇÕES TOPONÍMICAS**

Francisco José Pereira Luís, Vereador do Pelouro da Toponímia da Câmara Municipal de Sesimbra:

Faz público que esta Câmara Municipal, na sua reunião de 05 de março de 2020, deliberou, por unanimidade, atribuir o topónimo “Travessa dos Eucaliptos” ao arruamento localizado em Courelas da Brava (Augi 40), na freguesia da Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra, conforme imagem infra.

Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra e Paços do Município, ao nono dia do mês de março do ano de 2020.

O Vereador do Pelouro da Toponímia,  
**Francisco Luís**

**EDITAL****31/2020/DAU**

Avisam-se os familiares dos falecidos abaixo mencionados que, no prazo de 30 (trinta) dias, deverão dirigir-se ao Balcão Único de Serviço, Edifício do Mercado Municipal na Rua Manuel de Arriaga, Conde II na Quinta do Conde ou Paços de Concelho, Rua da república n.º 3 Sesimbra, a fim de resolverem quanto à data em que terão lugar as respetivas exumações a efetuar no cemitério de Aiana e sobre o destino das ossadas.

Adão Bernardo Suzana  
 Adelina Conceição Santos Rodrigues Pinhal  
 Adelino António Perpetua Almeida  
 Adélio Veríssimo Raimundo  
 Alexandre Pinhal  
 Alípio Veríssimo  
 Almerinda dos Santos Neves  
 Anacleto Silva Neves  
 António José Neves Rafael  
 António Manuel Neves Patrício  
 António Maria Flores  
 António Pedro Pingão  
 António Pedro Vilas Boas Borges  
 Câncio Marques Marquês  
 Delmina Gomes Marquês  
 Emília Rosa da Graça Peixoto Correia  
 Fernando da Conceição Marques dos Santos  
 Francisco Silva de Almeida  
 Gracinda Rua  
 Henrique Andrade Viegas Nero  
 Jaime de Brito Ruas  
 Joaquim António Godinho Rusga  
 Joaquim Maria Pereira  
 Joaquim Marques Tecelão  
 Joaquim Pinhal Bomba  
 Jose de Almeida Roseiro  
 Júlia da Silva Patrício Cartaxo  
 Juliana Maria Constantino Lás  
 Leonel Pais Fernandes  
 Líbia Piedade Correia Marques Matias  
 Lídia da Conceição Gaboleiro Pinhal Correia  
 Manuel da Silva Almeida  
 Manuel Gonçalves Garcia  
 Manuel Joaquim Ribeiro  
 Manuel Rato Ribeiro  
 Manuel Reis Luis  
 Manuel Taborda Farinha  
 Maria Cândida Silva Rodrigues Marques  
 Maria Inácia Félix  
 Maria Marques Rodrigues Canteiro  
 Mariana Gomes Marques Rego  
 Olívia Rato Santos  
 Rafael Raimundo  
 Sebastião Esmeralda de Sousa  
 Violante Santos Quinta-Feira  
 Virgílio Rodrigues  
 Virgínia Sousa Marques Joaquim David

Findo este prazo sem que os interessados promovam qualquer diligência, serão feitas as exumações, considerando-se abandonadas as ossadas existentes, de acordo com o estabelecido no n.º 3 e 4 do art. 29.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais do Concelho de Sesimbra em vigor. Mais se informa, que 8 dias após o levantamento da ossada, as cantarias que se encontrarem no cemitério ficarão em posse da Câmara.

Sesimbra, 6 de março 2020

O Vereador do Pelouro,  
**José Polido, Dr.**

**EDITAL****N.º 036/2020****ATRIBUIÇÕES TOPONÍMICAS**

Francisco José Pereira Luís, Vereador do Pelouro da Toponímia da Câmara Municipal de Sesimbra:

Faz público que esta Câmara Municipal, na sua reunião de 05 de março de 2020, deliberou, por unanimidade, atribuir o topónimo "Rua dos Girassóis" ao arruamento localizado em Courelas da Brava (Augi 40), na freguesia da Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra, conforme imagem infra.

Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra e Paços do Município, ao nono dia do mês de março do ano de 2020.

O Vereador do Pelouro do Toponímia,  
**Francisco Luís**

**EDITAL****N.º 45/2020 - UTSIG**

Nos termos e para os efeitos do n.º 1, do art.º 56.º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, Felícia Maria Cavaleiro da Costa faz público que, esta Câmara Municipal, na sua reunião de 18 de março de 2020, deliberou por unanimidade:

Reconhecer que o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sesimbra sob o n.º 7694, inscrito na matriz Predial Rústica sob o Artigo n.º 128 da secção J, sito em Torrões e Alfarim, está parcialmente ocupado por dois caminhos públicos municipais, os quais integram o domínio público municipal e ocupam a área total de 347 m<sup>2</sup>, que se distribui pelos arruamentos a seguir discriminados:

Rua da Marconi: 179 m<sup>2</sup>; Rua da Areira: 168 m<sup>2</sup>

- A Rua da Areira e a Rua da Marconi dividem o prédio fisicamente em três parcelas distintas.

A planta de localização encontra-se disponível para consulta, no sítio da Câmara Municipal de Sesimbra em [www.cm-sesimbra.pt](http://www.cm-sesimbra.pt), em [www.cm-sesimbra.pt/ruas-comhistória/](http://www.cm-sesimbra.pt/ruas-comhistória/)

Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra e Paços do Município, ao vigésimo sétimo dia do mês de março de 2020.

A Vice-Presidente da Câmara Municipal,  
**Felícia Costa, Dr.ª**

**EDITAL****N.º 46/2020 - GMPC**

FRANCISCO MANUEL FIRMINO DE JESUS, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, DR. FRANCISCO MANUEL FIRMINO DE JESUS, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra:

FAZ PÚBLICO QUE, através de reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil realizada em 31 de março de 2020, foram tomadas as seguintes medidas:

- Interditar o acesso às áreas circundantes ao Santuário do Cabo Espichel;
- Interditar a Estrada do Centrão e Acesso à Praia do Ribeiro do Cavalo;
- Interditar a Praia do Moinho de Baixo (a partir da zona dos parques de estacionamento);
- Interditar parte da Marginal da Lagoa de Albufeira – desde a Rotunda da Estrada dos Murtinhais até ao estacionamento junto ao restaurante Príncipe Real;
- Interditar o acesso à Praia das Bicas;
- Praia da Foz
- Praia da Amieira;
- Interditar o acesso à Marginal Poente e Nascente de Sesimbra junto ao muro da Praia;
- Interditar um conjunto de Parques Verdes e Equipamentos de Jogo e Recreio em todo o Município;

Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra e Paços do Município, aos 2 de Abril de 2020.

O Presidente da Câmara,  
**Francisco Jesus, Dr.**

## EDITAL

N.º 14/2020 DOM

### REMOÇÃO DE VIATURAS ABANDONADAS NA VIA PÚBLICA

Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Vereador do Pelouro de Obras Municipais, Logística e Informática da Câmara Municipal de Sesimbra, no uso da competência prevista na alínea u) do n.º1 do art.º 64º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, que lhe foi subdelegada por despacho do Exm. Sr. Presidente da Câmara, datado de 20 de Outubro de 2017, ao abrigo da alínea d) do n.º1 do art.º70.º do Código do Procedimento Administrativo, FAZ PÚBLICO QUE:

No exercício da competência conferida pela alínea d) do n.º1 do art.º5.º do Decreto-Lei n.º44/2005, de 23 de Fevereiro, foi detectado pelos serviços municipais que a viatura constante da listagem anexa se encontra abusivamente estacionada ou estacionada/imobilizada por forma a constituir perigo ou grave perturbação para o trânsito.

Por este motivo, ao abrigo do disposto nos artigos 164.º e 165.º do Código da Estrada, na sua redação atual, caso o veículo discriminado em anexo não seja removido ou reclamado pelo seu proprietário no prazo de 30 dias úteis a contar da afixação do presente edital, o mesmo será coercivamente removido da via pública.

Após aquele prazo, presume-se o abandono do veículo, o qual será adquirido por ocupação pela Autarquia, nos termos do n.º4 do art.º165.º do Código da Estrada.

Mais se informa que a Câmara Municipal não se responsabiliza por qualquer dano ou perda na viatura que resulte da referida remoção, sendo igualmente da responsabilidade do seu proprietário eventuais prejuízos ou danos pelo facto de a mesma ter sido abandonada na via pública.

Removido o veículo abandonado, a Câmara Municipal procederá ao seu encaminhamento para um centro de receção e desmantelamento de viaturas, nos termos do n.º4 do art.º14.º do Decreto-Lei n.º196/2003, de 23 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º64/2008, de 8 de Abril.

Para se constar, se lavrou o presente Edital, que vai ser afixado nos locais e estilo.

Matrícula	Marca	Identificação do Proprietário	Notificações	Data da Recepção AR
04-97-OQ	Ford Focus	Elisa Isabel Barros da Silva Cabral	19094/2019	15/11/19
15-56-LM	Fiat Seicento Sport	António Pedro das Neves Salvado de Matos Oliveira	18426/2019	05/11/19
26-63-BS	Peugeot 106 XRD	Eva da Paixão Queiroz	19090/2019	Não Atendeu Notificação
90-54-JG	Ford Escort	MATRÍCULA CANCELADA	19102/2019	Apoio na Identificação
94-39-MV	Land Rover 2.5 Dse	Distempro Produtos Alimentares e Bebidas, Lda	15504/2019	20/05/19

Sesimbra, 05 de Fevereiro de 2020

O Vereador do Pelouro, Por Delegação,  
**Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Eng.**

## EDITAL

N.º 34/2020 - "DAF/SAAM"

JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA

FAZ PÚBLICO, nos termos do n.º 3 do artigo 49.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que no dia 18 de março (quarta-feira), pelas 21:00 horas, no Auditório Conde de Ferreira, será levada a efeito uma sessão extraordinária deste Órgão Autárquico, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação da Atividade Municipal;
2. Regulamento do Cineteatro Municipal João Mota – Projeto – Resultado da Consulta Pública.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Sesimbra, 9 de março de 2020.  
A Presidente da Assembleia Municipal,

**Joaquina Odete Martins da Graça**

Autarquia mais próxima da População

Ligue para a linha verde  
com o número 800228850

De esta forma está a zelar pelo bem-estar, segurança e melhoria da qualidade de vida em todo o concelho.

**SESIMBRA**



JOAQUINA ODETE MARTINS DA GRAÇA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA

FAZ PÚBLICO, nos termos da alínea l) do n.º 1 do art.º 19.º do Regimento deste Órgão Autárquico, que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária realizada no dia 28 de fevereiro de 2020, com a presença de 23 eleitos, tomou as seguintes deliberações:

Aprovou, por unanimidade, a alteração da Ordem do Dia, adiando para a sessão extraordinária a realizar no dia 18 de março de 2020, o ponto “Apreciação da Atividade Municipal”.

Período de Antes da Ordem do Dia

Aprovou por maioria, com vinte e um votos a favor (11 CDU, 5 PS, 2 PSD, 2 MSU e 1 BE) e duas abstenções (1 CDU e 1 PS), a ata da sessão extraordinária de 16 de novembro de 2018. Aprovou por maioria, com vinte e um votos a favor (11 CDU, 5 PS, 2 PSD, 2 MSU e 1 BE) e duas abstenções (1 CDU e 1 PS), a ata da segunda reunião da sessão ordinária de dezembro de 2018 realizada no dia 25 de janeiro de 2019. Aprovou, por unanimidade, o seguinte Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Resende, e guardou um minuto de silêncio em sua memória:

No dia 29 de janeiro morreu aos 71 anos de idade o poeta e tradutor Manuel Resende, um dos mais ilustres escritores portugueses do nosso tempo. Por culpa própria é pouco conhecido do grande público, mas deixou-nos uma obra poética importante incluída na sua Poesia Reunida publicada por iniciativa de alguns amigos e admiradores pelas Edições Cotovia Traduziu de forma exemplar autores tão diversos como Shakespeare, Marx, Brecht, Freud, Keynes ou Kavafis (este diretamente do grego) com a dedicação de quem queria penetrar de forma segura no seu pensamento. Era um homem de enorme talento, inteligência e generosidade que cedo despertou nas lutas estudantis na Universidade do Porto para o combate à ditadura e para a intervenção cívica. Foi fundador da Liga Comunista Internacionalista e desempenhou funções de tradutor na União Europeia durante várias décadas. A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida no dia 28 de Fevereiro de 2020 manifesta um voto de pesar pela sua morte e envia à família e amigos as mais sentidas condolências. Enviar para conhecimento:

Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas de Freguesia do Concelho e Órgão de comunicação local e regional.”

Aprovou, por unanimidade, o seguinte Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Roque de Pinho Bissau Barreto, e guardou um minuto de silêncio em sua memória: “Nasceu em Lisboa, a 1 de Janeiro de 1936, tendo-se licenciado em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico, em 1959, aos 23 anos de idade.

Iniciou um brilhante percurso profissional e uma longa e reconhecida carreira como gestor, tendo sido recrutado logo após a sua licenciatura para o grupo CUF, onde desenvolveu durante dez anos a sua atividade profissional como consultor de projetos de engenharia industriais. Logo em Julho de 1967 foi reconhecido profissionalmente pelo Presidente da República Portuguesa, que o distinguiu como Comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial.

Em 1970 foi nomeado diretor administrativo da Lisnave e em 1971 passou a administrador delegado da Setenave, cargo esse desempenhado até à nacionalização da empresa, após o 25 de Abril. Em 1974, aderiu ao Partido Popular Democrático, logo após a sua fundação e ao longo de toda a sua vida, tendo sido também um das grandes referências. Iniciou a sua atividade política em 22 de Novembro de 1978, quando exerceu pela primeira vez funções governativas.

Entre Janeiro de 1990 e Julho de 2004, exerceu funções de deputado na Assembleia da República, onde integrou e se distinguiu nas várias comissões parlamentares. O histórico do PSD foi ministro com Mota Pinto, Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Mário Soares, Cavaco Silva (duas vezes) e, por último, Pedro Santana Lopes, tendo desempenhado o lugar de ministro de Estado, da Economia e do Trabalho. O Eng.º Álvaro Barreto teve uma vida ao serviço de Portugal, tendo-se notabilizado como gestor e como governante, colocando o melhor do seu saber, talento e trabalho ao serviço de Portugal, do desenvolvimento da economia portuguesa e um dos responsáveis pelo processo de negociação da adesão de Portugal à CEE. O seu saber e a sua obra foram igualmente reconhecidos não só em Portugal, mas pela Europa: O governo da Itália, Bélgica, Noruega e Islândia com a distinção da Grande Cruz. Assim este HOMEM CULTO E MULTIFACETADO, deixou-nos em 10 de Fevereiro aos 84 anos de idade.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Sesimbra, delibera na sua sessão de 28 de Fevereiro de 2020:

- Prestar um minuto de silêncio pelo falecimento de Álvaro Barreto.

- Remeter o presente voto à sua família e ao PPD/PSD.”

Aprovou, por unanimidade, o seguinte Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Pina Moura, e guardou um minuto de silêncio em sua memória:

No passado dia 20 de fevereiro de 2020 faleceu Joaquim Pina Moura.

Joaquim Pina Moura nasceu em Loriga, Seia, em 22 de fevereiro de 1952. Começou por estudar Engenharia Mecânica na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, onde foi dirigente da Associação de Estudantes, contudo acabou por se mudar para Economia, tendo-se licenciado no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Na mesma instituição obteve uma pós-graduação em Economia Monetária e Financeira, e exerceu funções docentes, como Assistente. Filiado no Partido Comunista

Português a partir de 1972, tomou parte da Comissão Nacional do III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, em 1973. Foi então que se candidatou nas listas das Comissões Democráticas Eleitorais (CDE) às eleições para a Assembleia Nacional. Após o 25 de abril de 1974 dirigiu no Porto a União dos Estudantes Comunistas.

Mais tarde, em 1992 fundava a Plataforma de Esquerda, acabando por aderir ao Partido Socialista, em 1995. Integrou em seguida os Governos do Primeiro-Ministro António Guterres, tendo ocupado os cargos de Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, no XIII Governo Constitucional, até 1997, ano da sua nomeação como Ministro da Economia, chegando a acumular com a pasta da Finanças, a partir de 1999 e até 2001. Foi Deputado à Assembleia da República, pelos círculos do Porto, de Lisboa e da Guarda entre 1995 e 2007.

Foi Professor Catedrático Convidado do ISEG e do ISG - Instituto Superior de Gestão, desde 2005, consultor externo do Conselho de Administração do Banco Comercial Português, vogal do Conselho de Administração da Galp Energia e presidente da Iberdrola Portugal, desde 2004. Pina Moura foi ainda presidente do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento. Por estes motivos, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 28 de fevereiro de 2020, manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Joaquim Pina Moura e transmite a todos os familiares e amigos as suas mais sentidas condolências.

Dar conhecimento: Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Assembleia da República; Partido Socialista; Comunicação social local e regional. Aprovou, por unanimidade e aclamação, a Saudação subordinada ao título “Dia Internacional da Mulher – 8 de Março” que a seguir se transcreve: “Com a instauração da Democracia, em 25 de Abril de 1974, as mulheres passaram a ser consideradas pelo direito como seres humanos iguais em direitos, em relação aos homens. O acesso generalizado, a métodos anticoncecionais passados 60 anos, e os progressos em vários domínios muito contribuíram para alterações significativas no estatuto da mulher e nas suas relações na sociedade ao longo dos tempos. O Ano Internacional da Mulher foi designado pela ONU em 1975, tendo o dia 08 de março sido adotado, com a finalidade de lembrar as conquistas sociais, políticas e económicas das mulheres, independentemente de divisões nacionais, étnicas, linguísticas, culturais, económicas ou políticas. Hoje, mais do que nunca a afirmação do Dia Internacional da Mulher é fundamental não só para homenagear as mulheres que, antes de nós, lutaram pela liberdade e pela igualdade, pela conquista dos direitos das mulheres e contra a discriminação, mas sobretudo, para dar voz a todas as mulheres que se remetem ao silêncio e ao medo onde se aprofunda a violência contra as mulheres. Comemorar o Dia Internacional da Mulher é o reforço da importância de ser mulher, a sua valorização e o respeito que merecem, por si enquanto mulheres e ao seu corpo e pelo Estado, face ao flagelo da violência doméstica, abusos; àquelas mulheres cuja resiliência lhes permite a força necessária, e para as que se insurgem contra as violências físicas, morais e sexuais ainda hoje sofridas. É querer e crer que o seu envolvimento é cada vez mais necessário na organização social e política contra os preconceitos na sociedade, pela dignidade humana e pelos seus inalienáveis direitos que contribuem para a sua emancipação.

Muito se fez, mas comemorar o 8 de março é reconhecer as razões políticas que deram e continuam a dar sentido nos dias de hoje ao Dia Internacional da mulher e que se encontram bem patentes na agenda política na luta pela construção de alternativas transformadoras da sociedade perante as desigualdades.

Desigualdades que se refletem na discriminação das mulheres enquanto mulheres, mães e filhas; enquanto profissionais, dirigentes e, ou autarcas, nos diferentes papéis que assumem na sociedade, na sobrecarga da organização e no desempenho das tarefas domésticas, no cuidado com os filhos, a sua educação ou com os seus pais idosos, com reflexos a nível laboral; Persistem ainda situações discriminatórias, seja na educação, na saúde ou das pensões de reforma, seja no trabalho precário e salários mais baixos, com consequências na organização da vida, nomeadamente, dos jovens casais impedidos de decidir o momento e o número de filhos que desejam face à instabilidade no emprego; no acesso (não acesso) das mulheres a cargos de direção e na participação social que não estão desligados de fatores políticos, económicos e sociais que ainda permanecem. É urgente melhorar as suas condições de vida, os direitos de maternidade e paternidade, os direitos das crianças às escolas, creches e tempos livres; flexibilidade no tempo de permanência nos locais de trabalho sem perda de remuneração e combate à desregulação dos horários de trabalho, no direito do acompanhamento e apoio à família; o reforço do direito do acompanhamento e apoio à família; no direito de ser mulher nas diferentes dimensões e na capacidade de aspirar à sua realização enquanto ser Mulher e indivíduo.

A Assembleia Municipal de Sesimbra na sua sessão ordinária do dia 28 de Fevereiro de 2020 delibera:

1. Saudar todas as mulheres e o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, pela luta pelos direitos das mulheres;
2. Saudar as manifestações das mulheres como afirmação de uma força social empenhada na promoção de valores como o respeito mútuo, a igualdade e a

solidariedade;

3. Saudar todos os homens e mulheres que lutam contra a violência da mulher, a violência doméstica e a discriminação, pela justiça social, pelo progresso do País e pela paz no mundo.

Dar conhecimento a: Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comissão Parlamentar de Direitos, Liberdades e Garantias; MDM - Movimento Democrático de Mulheres; MSD - Mulheres Sociais-democratas; DNMS - Departamento Nacional de Mulheres Socialistas; Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; Câmara Municipal de Sesimbra; Assembleias de freguesia do concelho; Juntas de freguesia do concelho; Comunicação Social Local e Regional."

Aprovou, por unanimidade, a Moção subordinada ao título "Pela Contratação Pública e Fixação de Médicos no Serviço Nacional de Saúde" cujo conteúdo é o seguinte: "Foi noticiado pelos jornais a existência de demoras no atendimento de utentes transportados em ambulâncias nas urgências do Hospital de São Bernardo, em Setúbal. Igualmente, o serviço de urgência Pediátrica do Hospital Garcia de Orta em Almada tem estado encerrado aos fins de semana, admitindo a Administração que este fecho ao fim-de-semana possa ocorrer pelo menos por 6 meses. Considerando face ao contexto, também a urgência da efetiva concretização do Hospital do Seixal.

É necessário que o Governo ponha em prática as medidas preconizadas para captar e fixar profissionais nestes Hospitais, garantindo o pleno funcionamento de todos os serviços. Não obstante uma nova Lei de bases da Saúde e registando nós que o orçamento prevê também o reforço de 8.400 profissionais para o SNS em 2020 e 2021, sendo que no próximo ano deverão ser contratados cerca de 4.000, e que os profissionais que fazem serviço de urgência vão receber mais pelas horas extra. Atendendo ainda a que o Governo prevê substituir gradualmente o recurso a empresas de trabalho temporário e de subcontratação de profissionais de saúde, no entanto, são necessárias medidas imediatas para garantir o pleno funcionamento dos serviços de urgências. Face ao exposto, exige-se ao Governo:

1- O reforço das equipas médicas e de enfermeiros (USF/UCSP/UCC);  
2- O alargamento dos horários das unidades de saúde (até às 23h, por exemplo), evitando a deslocação dos sesimbrenses para o S.U do HGO ou São Bernardo, muitas vezes desnecessariamente, por simples ausência de resposta nos CSP.

3-Tomada de medidas urgentes para garantir o pleno funcionamento, em permanência, das urgências dos dois hospitais;

4-Celeridade na contratação efetiva dos profissionais necessários à manutenção dos serviços, garantindo a sua qualidade para os utentes;5- Melhoria efetiva das carreiras e condições de trabalho dos profissionais de saúde, de forma a fixá-los no SNS. Dar conhecimento a: Presidente da Assembleia da República; Ministro da Saúde; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comissão de Utentes dos Serviços Públicos de Saúde da Quinta do Conde; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Comunicação Social Local e Regional."

Com a presença de 22 eleitos, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, subscrever a Moção do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Michel Giacometti sobre as deficientes condições de funcionamento da escola Básica e Secundária Michel Giacometti, situada na Quinta do Conde, Concelho de Sesimbra, Área Metropolitana de Lisboa, que a seguir se transcreve:

O documento que se apresenta, elaborado pelo Conselho Pedagógico, expõe a preocupação, desconforto e desagrado da Comunidade Escolar da Escola Básica e Secundária Michel Giacometti (sede de Agrupamento), da Quinta do Conde, concelho de Sesimbra, no que respeita às condições gerais estruturais e humanas do estabelecimento de ensino. A escola Básica e Secundária Michel Giacometti foi construída em 1986 com dois pavilhões para aulas, um pavilhão para a direção, biblioteca e a secretaria e outro para o refeitório.

Inicialmente, só acolhia os alunos dos 2º e 3.º ciclos (400 alunos). Progressivamente, alojou o ensino secundário, o ensino profissional, os currículos alternativos, os PIEF, os CEF mantendo o mesmo espaço, mas aumentando substancialmente o número de alunos. Para fazer face às necessidades, foi necessário converter espaços de arrumos e casas de banho em salas de aulas.

Também, com o objetivo de minorar a falta de espaço, em 2005, foram montados dois pavilhões pré-fabricados, de madeira, com 6 e 3 salas, provenientes da Escola Secundária da Cidade Universitária. Estes foram recuperados já na Quinta do Conde, mas nunca se revelaram como espaços agradáveis. Quinze anos depois, os blocos E e F revelam sinais de extrema degradação. Quanto à população escolar, esta tem aumentado ano após ano. No presente ano letivo estão inscritos 1828 alunos em todo o Agrupamento e na escola-sede cerca de 1142, a saber, 195 no 2º ciclo, 445 no 3º ciclo, 482 no ensino secundário e 20 no ensino profissional. Este número, face ao do ano anterior, representa um acréscimo de cerca de 200 alunos, o que agravou as situações que se passam a descrever:

1. O número excessivo de alunos a frequentar a escola, bem como o número limitado de salas de aula, tornam muito difícil a tarefa de elaborar horários equilibrados, respeitando todas as regras pedagógicas. Desta forma, harmonizar os horários, tendo em linha de conta as disciplinas sujeitas a exame, o número de horas passadas na escola adequadas à faixa etária e a especificidade das salas (laboratórios, salas de TIC, etc.), não é exequível.

2. Neste contexto, trabalhar, reunir, lecionar aulas de apoio ou aulas extra, preparar alunos para exame ou desenvolver os DAC e outros projetos nos quais a escola

está envolvida, é muito dificultado pela falta de espaço na escola, inviabilizando mesmo a participação em projetos pertinentes e enriquecedores da formação dos alunos.

3. Atualmente, a escola tem 34 anos de existência sem que tivesse havido uma intervenção de manutenção significativa. As salas de aulas não apresentam condições físicas adequadas, de acordo com os normativos atualmente existentes para a construção de equipamentos escolares. As infraestruturas encontram-se degradadas, nomeadamente janelas e portas partidas, estores inexistentes, inoperacionais e danificados, mesas e cadeiras desajustadas à faixa etária dos alunos, rede de distribuição de água com constantes ruturas, que originam faturas elevadíssimas levando mais do que o orçamento disponível. Algumas salas apresentam temperaturas que vão dos zero graus no inverno e os quarenta graus em junho, com infiltrações visíveis e bolor. O material informático, bem como a rede informática e disponibilização de sinal, é insuficiente e obsoleto, não permitindo dinamizar aulas mais interativas e criativas. Refere-se igualmente que o material didático das diferentes áreas curriculares não satisfaz as necessidades atuais das disciplinas, uma vez que não se verificou reforço de equipamento aquando do alargamento da rede escolar.

4. Para além das condições físicas, o número de alunos por turma (28/30) também dificulta as aprendizagens, principalmente em disciplinas que necessitam de salas específicas para realizar experiências, para pesquisar, para resolver questões-problema ou até atividades mais práticas. As condições físicas da escola e o número de alunos por turma contrariam os decretos-lei 54/2018 e 55/2018, isto é, o apoio mais individualizado aos alunos, trabalhar em sala de aula de acordo com a flexibilização curricular, permitir que todos os alunos tenham as mesmas condições para aprender, que lhe sejam aplicadas todas as medidas universais para que tenham sucesso.

5. Como a capacidade física se encontra esgotada e ultrapassada, verifica-se demasiado ruído no espaço escolar. Este ruído afeta diretamente o ambiente geral da escola onde não se consegue criar um verdadeiro ambiente propício à aprendizagem, prejudicando a concentração dos alunos, a sua performance e, inevitavelmente, os seus resultados escolares. Este espaço exíguo para tantos alunos/turmas (46 turmas) potencia também muitas situações de conflitos entre alunos.

6. A escola apresenta falta de assistentes operacionais, pois o rácio mínimo não é atingido. De momento, a partir das 16.30H (fim de turno), quando ainda há um número significativo de alunos na escola, apenas se encontra presente um assistente operacional por pavilhão. Esta situação verifica-se também no pavilhão gímnodesportivo, onde está uma única assistente operacional para controlar os balneários femininos e masculinos. Na secretaria também se constata a falta de assistentes operacionais técnicos. Parte do trabalho administrativo é realizada pelos diretores de turma (por exemplo, introdução de dados pessoais dos alunos e encarregados de educação no programa E360).

A Escola sede acolhe ainda, desde 2017, o Centro Qualifica, o que dificulta ainda mais o funcionamento da mesma, com encerramento às 22h. Também aqui existem carências de serviços, nomeadamente apoio de operacionais, ausência de serviço de reprografia e de secretaria.

7. A adesão ao programa E360 dificulta o acesso por parte dos encarregados de educação à informação pedagógica dos seus educandos.

8. Apesar de já estar identificada a situação do amianto na escola, este ainda não foi removido. Todos estes fatores não proporcionam ambientes propícios à aprendizagem, visto que não estão reunidos os requisitos mínimos exigidos para a formação do indivíduo, cidadão do século XXI. O envolvimento dos encarregados de educação e o trabalho das associações de pais, nomeadamente das petições públicas e na organização do cordão humano mostram a consciência da realidade existente. No entanto, estas ações não têm tido repercussão.

Pelo exposto, os membros do Conselho Pedagógico denunciam as situações supracitadas que se agudizam de ano para ano. Estas não têm tido soluções de fundo, registando-se apenas pequenas intervenções pontuais e de acordo com os poucos recursos financeiros da escola. Toda a comunidade educativa do Agrupamento Vertical de Escolas Michel Giacometti reclama melhores condições físicas e de trabalho, de modo a proporcionar aos alunos a melhor educação possível e um maior sucesso, assim como um melhor ambiente para toda a comunidade escolar. A população da Quinta do Conde, uma vila de 30 000 habitantes, situada no centro da Península de Setúbal, Concelho de Sesimbra, integrada na área metropolitana de Lisboa, merece que os seus jovens possam frequentar, ao longo de todo o seu percurso escolar, um estabelecimento de ensino, sem luxos mas digno, onde potenciem todas as suas capacidades. A Assembleia Municipal deliberou ainda remeter esta posição para conhecimento a: Diretores de Agrupamentos de Escolas do concelho; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto; Ministro da Educação; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; Comunicação social local e regional.

Com a presença de 22 eleitos, a Assembleia Municipal aprovou por maioria com 13 votos a favor (12 CDU e 1 BE), 7 votos contra (5 PS e 2 PSD) e 2 abstenções do MSU, a Moção sob o título "Aeroporto no Montijo e Acessibilidades com respetivos Materiais por Empréstimo e a Vazadouro" que a seguir se transcreve:

"Como é de conhecimento público, o EIA (Estudo de Impacte Ambiental) identifica os problemas já denunciados e mais do que evidentes relacionados com a

utilização da Base Aérea nº6 do Montijo como aeroporto civil.

Reconhece os enormes riscos para a qualidade de vida e para a saúde das populações associados à opção pela Base Aérea do Montijo, reconhece os impactos profundamente negativos para o ambiente, para o habitat natural do Estuário do Tejo e, simultaneamente, os riscos para a navegação aérea e a segurança.

A opção do Governo PS pela construção do Aeroporto do Montijo atinge milhares de pessoas, cuja residência se situa no cone de aterragem e de decolagem, sendo a Quinta do Conde do concelho de Sesimbra a freguesia, que será sobrevoada por aeronaves a baixa altitude, causando prejuízos graves à qualidade de vida dos mais de 30.000 cidadãos residentes uma vez que coloca em causa a saúde e bem-estar da população. A par disto, o EIA faz afirmações sem qualquer fundamentação técnica, a título exemplificativo, "a construção de um novo aeroporto de raiz noutra local não satisfaz o requisito de urgência", que não há condições económico-financeiras para um investimento tão avultado, que o processo de preparação se prolongaria por mais de 10 anos, mas não há a demonstração da veracidade destas afirmações. A proposta de construção do novo aeroporto de Lisboa no campo de tiro de Alcochete assume um carácter estratégico de desenvolvimento para a região e para o País. Contrariamente à opção pelo Aeroporto do Montijo, que não terá um tempo de vida útil para além de 2030/2035 atendendo à evolução da utilização do transporte aéreo, infraestrutura essa que apenas funcionaria como terminal aeroportuário. A opção pelo Aeroporto em Alcochete (Campo de Tiro) permite a construção de raiz de uma infraestrutura de forma faseada que responderia às necessidades de desenvolvimento do País, que permitiria a utilização por todos os aviões e não somente por aviões de classe C, como é o caso da opção Aeroporto na base aérea do Montijo, evitando constrangimentos de construir um aeroporto junto a áreas protegidas exatamente em cima do sítio com ocupação de mais de 300m. A localização do aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete permitia ainda a ligação ao oleoduto que liga Sines a Aveiras e uma interligação com outros meios de transporte, nomeadamente a ligação ferroviária que é absolutamente estratégico para o desenvolvimento da região e do país, aspetos que na opção pelo Aeroporto do Montijo ficam totalmente mais uma vez condicionados. Está ainda demonstrado em Estudo de Impacte Ambiental mais concretamente no Volume II nos Capítulos Introdutórios e Descrição do Projeto, que tem a necessidade de recorrer quer a materiais pétreos para agregados britados de granulometria extensa e inertes, assim como solos granulares para coroamento dos aterros. Nestas condições referem-se como alternativa a possibilidade de fornecer os materiais de empréstimo, as explorações tradicionais de pedreiras calcárias da região de Sesimbra. Além disso no mesmo caderno é referido que para a obra do Aeroporto, no Ano de Abertura, durante a fase dos trabalhos de terraplenagens, espera-se que acedam à obra cerca de 63 camiões/dia na Solução Base, mas nos pressupostos são indicados como Volume de Terras de Empréstimo – 621 165 m<sup>3</sup> e Volume de Terras para Vazadouro – 17 748 m<sup>3</sup>; sem nunca referir o documento do EIA o local exato de despejo dos inertes. Como é sabido a generalidade da rede estruturante concelhia encontrar-se no limite da saturação, destacando-se como mais relevantes as situações detetadas ao longo de todo o eixo longitudinal da EN378, atingindo a sede de concelho, bem como sobre o eixo transversal que atravessa a zona de Quinta do Conde e sobre o eixo da EN10.

Já para os Acesso Rodoviário ao Aeroporto do Montijo relativamente à Obra pode ainda verificar-se em estudo, que são apresentados como distância de transporte cerca de 40 km; através de pequeno mapeamento, mas que facilmente se torna perceptível que está em causa a Estrada Municipal 585, Nacional 378, Nacional 379 e Estrada 10 Junho Frente ao Casal do Sapo até alcançar a A33, artérias que dispõem de áreas urbana que causarão danos diversos na vida das populações pois com o tráfego pesado em pavimentos que não se encontram preparados para receber tal aumento de frequência culminará na sua degradação assim como o aumento drástico de poluição num concelho com consequências negativas para as populações e atividades económicas, nomeadamente o turismo, sem que seja resolvido o problema de fundo, ou seja a alternativa ao aeroporto de Lisboa.

Sob pena da degradação das condições de operacionalidade agora identificadas a reestruturação da rede viária deverá facultar alternativas de percursos internos e para o exterior de Sesimbra, implicando por isso a formalização de novos corredores viários – através de nova construção ou beneficiação de vias existentes – que simultaneamente permitam reequilibrar a utilização dos corredores atuais. Assim a insistência na solução pela base aérea nº6 do Montijo e a intenção de alterar a lei passando por cima da participação das populações e entidades públicas só é explicável pela cédência do governo PS à Chantagem e interesses da multinacional Vinci, concedendo-lhe o privilégio de em vez de construir o novo Aeroporto de Lisboa na zona de Alcochete que ficaria obrigada com os lucros arrecadados desde a privatização da ANA, se libertar dessa responsabilidade com a construção de um "apeadeiro dentro do tejo" beneficiando ainda de novos direitos de cédência do atual aeroporto da Portela. A construção do Novo aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete é a solução mais adequada para responder aos interesses do País, permitindo que Portugal disponha de uma infraestrutura estratégica indispensável ao seu desenvolvimento. Face ao exposto a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 28 de fevereiro de 2020 delibera: Acompanhar os pareceres de Estudo de Impacto Ambiental que Omite os Vazadouros de Detritos da Obra; Defender a construção do Novo

Aeroporto de Lisboa em Alcochete de forma faseada. (no Campo de Tiro); Emitir parecer negativo ao Estudo de Impacto Ambiental do Aeroporto do Montijo e Respetivas Acessibilidades; Proteger o ambiente das explorações tradicionais de pedreiras calcárias da região de Sesimbra. Impedir despejo dos inertes de Obra no Concelho de Sesimbra." Aprovou, por unanimidade, a Moção subordinada ao título "SIRESP" cujo conteúdo é o seguinte: "O SIRESP é um sistema único, baseado numa só infraestrutura, nacional, partilhado, que assegura a satisfação das necessidades de comunicações das forças e serviços de emergência e de segurança, satisfazendo a intercomunicação e a interoperabilidade entre aquelas forças e serviços e, em caso de emergência, permite a centralização do comando e da coordenação"(Da Resolução Do Conselho De Ministros Nº 56/2003). Este sistema permite responder adequadamente aos desafios colocados às forças de segurança e da proteção civil na sua atuação diária ou em cenários de emergência - catástrofes, acidentes ou incêndios de grandes proporções. De acordo com a legislação em vigor é da responsabilidade da Secretaria – Geral da Administração Interna (SGAI) rastrear o SIRESP - Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança Nacional, entidade que possui o software Traces, uma aplicação que permite rastrear a eficácia da cobertura da rede de comunicações SIRESP em tempo real.

Também a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, tutelada pelo Ministério da Administração interna, dispõe de mapas de cobertura da rede SIRESP. Por outro lado as autarquias locais, não dispõem nem de competências legais, nem de meios para mapear a cobertura da rede de comunicações SIRESP, pelo que não podem ser corresponsabilizadas por eventuais falhas de operacionalidade. O Gabinete Municipal de Proteção Civil da Câmara Municipal de Sesimbra não dispõe de comunicações SIRESP, a pedido desta assembleia, solicitou aos Agentes de Proteção Civil no concelho a indicação de existência de zonas de sombra para comunicações SIRESP no concelho de Sesimbra.

Das respostas obtidas pode se estabelecer as seguintes zonas sombra no concelho para comunicações SIRESP: Freguesia do Castelo: Cabo Espichel, Zona entre a Azoia e Cabo Espichel, zona da FOZ, Praia da Foz e acessos, área circundante ao parque de campismo - "Campimeco", Lagoa de Albufeira (junto à lagoa), Cabeço da Flauta (Jardia), Ribeiro do Cavallo, Cintrão zona da Assenta no lado poente do Castelo, Azoia (junto ao campo de futebol), ao longo da Rua de Palames (Assenta). Freguesia de Santiago: imediações do Tribunal de Sesimbra, Rua Navegador Rodrigues Soromenho, ao longo da Estrada do facho de Santana, junto a gruta, Praça da Califórnia e Avenida 25 de Abril. Sendo algumas destas zonas muito frequentadas por um grande número de populares fica a questão, de se em caso de acidente grave, como irão funcionar as redes de comunicação entre as diversas entidades responsáveis por prestar socorro as populações fase a inexistência de rede SIRESP. Assim a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 28 de Fevereiro de 2020 delibera:

1 - Exigir ao governo, através do Ministério da Administração Interna que as zonas sombra de comunicações SIRESP do concelho de Sesimbra sejam de imediato solucionadas de modo à sua cobertura total da rede SIRESP sob pena do Governo Português, através do Ministério da Administração Interna, poder ser responsabilizado pela não operacionalidade do sistema SIRESP em caso de necessidade de socorro, bem como, nas falhas de cobertura das áreas geográficas acima referidas no concelho de Sesimbra."

Dar conhecimento a: Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Ministro da Administração Interna; Grupos Políticos da Assembleia da República; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho de Sesimbra; Bombeiros Voluntários de Sesimbra e Comando Distrital de Setúbal da GNR.

Rejeitou por maioria com 7 votos a favor (5 PS e 2 PSD), 13 votos contra (12 CDU e 1 BE), e 2 abstenções do MSU, a Moção com o título "Aeroporto do Montijo – um fator de desenvolvimento económico e de emprego qualificado para a Península de Setúbal". Rejeitou por maioria com 1 voto a favor do BE e 21 votos contra (12 CDU, 5 PS, 2 PSD e 2 MSU), a Recomendação à Câmara para a criação de transporte público em Sesimbra.

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS

Neste período intervieram as seguintes cidadãs e cidadãos:

A Cidadã Maria José Graça que falou acerca do Dia Internacional a Mulher;

A Cidadã Maria Leonor Penalva sobre o trânsito na localidade da Carrasqueira, a circulação de veículos pesados, o estado das ruas / estradas e ausência de passadeira junto da paragem de autocarros;

O Cidadão Ernesto Ribeiro Graça Martins interveio sobre o trânsito na localidade da Carrasqueira e a falta de limpeza nos passeios;

O Cidadão Carlos Manuel Camacho de Matos também falou sobre a circulação rodoviária e condições de segurança na localidade da Carrasqueira.

Foram prestados esclarecimentos pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto da Ordem de Trabalhos

Procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes – Designação de júris;



A Assembleia Municipal aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, por unanimidade, a designação dos elementos dos júris dos procedimentos concursais para provimento dos cargos dirigentes abaixo indicados, por se reconhecer que os mesmos possuem as características exigidas nos nºs 2 e 3 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, nomeadamente mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; são detentores de vasta experiência na área de recursos humanos e da administração local autárquica, porquanto desempenham há vários anos funções dirigentes, de coordenação ou de consultadoria e integraram, por diversas vezes, júris de procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores e ou de dirigentes:

1- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Gestão Comercial

Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha, Diretor de Departamento de Administração e Finanças;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e Aprovisionamento do Património;

1.º Vogal Suplente – Alexandra Isabel Marques Neves Neto, Chefe de Divisão de Ambiente Urbano;

2.º Vogal Suplente – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos.

2- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização Municipal

Presidente do Júri – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Alexandra Isabel Marques Neves Neto, Chefe de Divisão de Ambiente Urbano;

1.º Vogal Suplente – Miguel Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, Chefe de Divisão de Águas e Saneamento;

2.º Vogal Suplente – António Manuel João Lopes, Chefe de Divisão de Obras Municipais.

3- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Gestão Urbanística

Presidente do Júri – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

1.º Vogal Efetivo – Ana Paula Figueiredo Viegas Murgeiro, Chefe de Divisão de Licenciamento de Obras Particulares da Câmara Municipal de Odivelas.

2.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

1.º Vogal Suplente – Paulo António dos Santos Silva, Arquiteto;

2.º Vogal Suplente – Alexandra Isabel Marques Neves Neto, Chefe de Divisão de Ambiente Urbano.

4- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Planeamento e Estratégia Urbanística

Presidente do Júri – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

1.º Vogal Efetivo – Florinda Rosa Pisco Lixa, Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Odivelas;

2.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

1.º Vogal Suplente – Paulo António dos Santos Silva, Arquiteto;

2.º Vogal Suplente – Alexandra Isabel Marques Neves Neto, Chefe de Divisão de Ambiente Urbano.

5- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Gestão e Fiscalização de Obras

Presidente do Júri – António Manuel João Lopes, Chefe de Divisão de Obras Municipais;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

1.º Vogal Suplente – Aníbal José Medeiros Sardinha, Diretor de Departamento de Administração e Finanças;

2.º Vogal Suplente – Miguel Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, Chefe de Divisão de Águas e Saneamento.

6- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Arquivo e Documentação

Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha, Diretor de Departamento de Administração e Finanças;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada, Chefe de Divisão de Cultura;

1.º Vogal Suplente – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

2.º Vogal Suplente – Ana Maria Correia Gaspar Alves, Chefe de Divisão de Educação.

7- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Desporto e Juventude

Presidente do Júri – Ana Maria Correia Gaspar Alves, Chefe de Divisão de Educação;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada, Chefe de Divisão de Cultura;

1.º Vogal Suplente – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

2.º Vogal Suplente – Alexandra Isabel Marques Neves Neto, Chefe de Divisão de Ambiente Urbano.

8- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Estudos e Candidaturas

Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha, Diretor de Departamento de Administração e Finanças;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e Aprovisionamento do Património;

1.º Vogal Suplente – António Manuel João Lopes, Chefe de Divisão de Obras Municipais;

2.º Vogal Suplente – Miguel Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, Chefe de Divisão de Águas e Saneamento.

9- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Economia Local e Gestão de Equipamentos

Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha, Diretor de Departamento de Administração e Finanças;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

1.º Vogal Suplente – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e Aprovisionamento do Património;

2.º Vogal Suplente – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada, Chefe de Divisão de Cultura.

10- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Bibliotecas Municipais

Presidente do Júri – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada, Chefe de Divisão de Cultura;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Helena Fernanda Teixeira Morais do Nascimento, Chefe de Divisão de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Odivelas;

1.º Vogal Suplente – Ana Maria Correia Gaspar Alves, Chefe de Divisão de Educação;

2.º Vogal Suplente – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos.

11- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Presidente do Júri – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Alexandra Isabel Marques Neves Neto, Chefe de Divisão de Ambiente Urbano;

1.º Vogal Suplente – António Manuel João Lopes, Chefe de Divisão de Obras Municipais;

2.º Vogal Suplente – Miguel Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, Chefe de Divisão de Águas e Saneamento.

12- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Apoio ao Empresário, Pescas e Ruralidade

Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha, Diretor de Departamento de Administração e Finanças;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e Aprovisionamento do Património;

1.º Vogal Suplente – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

2.º Vogal Suplente – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada, Chefe de Divisão de Cultura.

13- Procedimento Concural para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Gestão de Serviços de Proximidade com o Cidadão

Presidente do Júri – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – João Paulo Gaspar Simões, Advogado e Consultor Jurídico;

1.º Vogal Suplente – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada, Chefe de Divisão de Cultura;

2.º Vogal Suplente – Alexandra Isabel Marques Neves Neto, Chefe de Divisão de Ambiente Urbano.

14- Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Apoio à Contratação Pública

Presidente do Júri – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – João Paulo Gaspar Simões, Advogado e Consultor Jurídico;

1.º Vogal Suplente – Aníbal José Medeiros Sardinha, Diretor de Departamento de Administração e Finanças;

2.º Vogal Suplente – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e Aprovisionamento do Património.

15- Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos de Interesse Municipal

Presidente do Júri – Paulo António dos Santos Silva, Arquiteto;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

1.º Vogal Suplente – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e Aprovisionamento do Património;

2.º Vogal Suplente – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada, Chefe de Divisão de Cultura.

16- Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Gestão da Água

Presidente do Júri – Miguel Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, Chefe de Divisão de Águas e Saneamento;

1.º Vogal Efetivo – Aníbal José Medeiros Sardinha, Diretor de Departamento de Administração e Finanças;

2.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

1.º Vogal Suplente – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e Aprovisionamento do Património;

2.º Vogal Suplente – António Manuel João Lopes, Chefe de Divisão de Obras Municipais.

17- Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Trânsito e Rede Viária

Presidente do Júri – António Manuel João Lopes, Chefe de Divisão de Obras Municipais;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Miguel Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, Chefe de Divisão de Águas e Saneamento;

1.º Vogal Suplente – Alexandra Isabel Marques Neves Neto, Chefe de Divisão de Ambiente Urbano;

2.º Vogal Suplente – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e Aprovisionamento do Património.

18- Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Gestão do Saneamento

Presidente do Júri – Miguel Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, Chefe de Divisão de Águas e Saneamento;

1.º Vogal Efetivo – Aníbal José Medeiros Sardinha, Diretor de Departamento de Administração e Finanças;

2.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

1.º Vogal Suplente – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e

Aprovisionamento do Património;

2.º Vogal Suplente – António Manuel João Lopes, Chefe de Divisão de Obras Municipais.

19- Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Gestão de Stocks

Presidente do Júri – Aníbal José Medeiros Sardinha, Diretor de Departamento de Administração e Finanças;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e Aprovisionamento do Património;

1.º Vogal Suplente – Alexandra Isabel Marques Neto, Chefe de Divisão de Ambiente Urbano;

2.º Vogal Suplente – António Manuel João Lopes, Chefe de Divisão de Obras Municipais.

20- Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Gestão de Equipamentos Educativos

Presidente do Júri – Ana Maria Correia Gaspar Alves, Chefe de Divisão de Educação;

1.º Vogal Efetivo – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal Efetivo – Luísa Maria Cagica da Silva Carvalho Fachada, Chefe de Divisão de Cultura;

1.º Vogal Suplente – Leonildo Rui Ferreira Cachão, Chefe de Divisão de Gestão e Aprovisionamento do Património;

2.º Vogal Suplente – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos.

21- Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de direção intermédia do 3.º grau da Unidade Técnica de Formação e Higiene e Segurança no Trabalho

Presidente do Júri – Ana Maria Varela Sofio, Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

1.º Vogal Efetivo – Maria Cristina Machado Mira Laureano Forte, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Formação da Câmara Municipal de Odivelas

2.º Vogal Efetivo – Andreia Filipa Clemente Castelo de Oliveira, Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos;

1.º Vogal Suplente – Ana Maria Correia Gaspar Alves, Chefe de Divisão de Educação;

2.º Vogal Suplente – Alexandra Isabel Marques Neto, Chefe de Divisão de Ambiente Urbano.

2º Ponto da Ordem de Trabalhos

Atribuição de distinção “Pescador profissional – Mais Jovem”;

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, aprovar a atribuição anual da distinção de

“Pescador profissional – Mais Jovem”. 3º Ponto da Ordem de Trabalhos

Candidatura ao Programa Europa para os Cidadãos 2014-2020 com o Projeto “Jovens em Movimento... pela Europ@

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, aprovar a Candidatura a ser submetida ao Programa Europa para os Cidadãos 2014-2020 com o Projeto “Jovens em Movimento... pela Europ@ que envolve os seguintes parceiros: Altea (Espanha); Rovinj-Rovigno (Croácia); Rokiškis – Lituânia; e Sesimbra (Portugal) que coordena o projeto.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo

Sesimbra, 2 de março de 2020.

A Presidente da Assembleia Municipal,  
**Joaquina Odete Martins da Graça**



**CINETEATRO  
MUNICIPAL  
JOÃO MOTA  
SESIMBRA**

Avenida da Liberdade, n.º 46  
2970-635 Sesimbra

E-mail:  
cineteatro@cm-sesimbra.pt

**Bilheteira**  
Rua João da Luz,  
n.º 5 - 2970-762 Sesimbra

**Horário**  
Quarta a domingo,  
das 16 às 20h

O horário é prolongado em  
dias de espetáculo/ cinema,  
até 30 minutos depois do  
início dos mesmos.

Reservas: 21 223 40 34

**SESIMBRA**